

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DA GEOGRAFIA
REGIONAL DO BRASIL

*Magali Cezar Sapata
**Maria Tomazia Gomez da Costa

1. INTRODUÇÃO

A questão regional, tanto para professores de Geografia como para os geógrafos, é antiga e atual e se faz presente tanto em órgãos de planejamento oficiais ou particulares, como nas aulas de Geografia, nos diferentes graus de ensino. Daí decorre a necessidade de maior aproximação e preocupação com o tema.

São considerados e referenciados pontos importantes no desenvolvimento do trabalho, como: a evolução do conceito de região, associando-se às diversas correntes do pensamento geográfico; as divisões regionais de vários estudiosos, levando em consideração objetivos diferentes; divisões oficiais realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Num segundo momento, são colocadas idéias-sugestões de como tratar a questão regional, considerando o processo histórico de sua formação e tendo como objetivos a divisão territorial do trabalho e a região como uma unidade com especificidade, mas não independente.

Conforme CALLAI (1986:109):

"É necessário entender como se organiza esta parte do território nacional 'região', a nível interno e quais as relações e contradições que aparecem. Estas características internas tem que ser entendidas inseridas no processo histórico de formação daquela situação que no momento atual é aparente."

* Licenciada em Geografia pela UFSM.

** Professora Adjunta - Departamento de Geociências (UFSM-Santa Maria-RS).

CALLAI (1986) também entende que todas as características internas têm que ser estudadas nos seus diferentes níveis, tanto de condições naturais como ecológicas, de ocupação e de desenvolvimento econômico interno. Mas considerando-se sempre que:

"... a unidade de estudo com que se opera - a região - não deve perder a globalidade do espaço, a sua totalidade." (1986:109)

Enfatiza-se esse aspecto porque, por longo tempo, cada região foi estudada isolada, como uma entidade autônoma, auto-suficiente, com pouca relação com as demais regiões. No entanto, as transformações foram e são cada vez mais rápidas, e o momento atual se caracteriza pela grande internacionalização da economia com interdependência das economias nacionais e uma nova divisão internacional e nacional do trabalho. Passa a haver, portanto, uma especialização regional, embora, conforme SANTOS (1988), a nova maneira de produzir torna-se mais homogênea.

As trocas tornam-se mais intensas entre diferentes áreas, ficando essas áreas cada vez mais abertas e vulneráveis às influências externas. Assim, não há, como antes, condições de se considerar a região como autônoma.

Hoje, estudar uma região significa considerar uma série de relações, formas e funções. Tem-se que levar em conta a história do lugar e as condições existentes no momento da internacionalização.

É nesse contexto que o estudo regional deverá ser compreendido, isto é, existem diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas áreas, dadas suas especificidades.

2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

2.1 - Conceito de região e as tendências geográficas

Na Idade Moderna, período em que a Geografia se alarga, CLUVERIUS faz a descrição regional de numerosos países, com a obra *Introdução à Geografia Universal*.

No início do século XIX, na tendência do determinismo ambiental, Humboldt & Ritter tinham a idéia de totalidade e uma visão globalizante da realidade, na qual todos os fenômenos estavam interrelacionados.

Ritter introduz na Geografia a concepção antropocêntrica (o homem como centro) e estuda as regiões dando ênfase ao homem, valorizando, assim, a relação homem-natureza.

Conforme GEIGER (1988), Ritter é considerado o fundador da Geografia Regional.

Segundo CORRÊA (1986), J. Herbertson, em 1905, tentou dividir o mundo em regiões, baseado, principalmente, em seus aspectos físicos e únicos, como clima, vegetação e relevo.

Herbertson dividiu a superfície da terra em 6 tipos, 15 subtipos e 57 regiões naturais.

Os 6 tipos são:

- polar;
- temperada fria;
- temperada quente;
- tropical;
- montanhosa subtropical;
- terras baixas e úmidas equatoriais.

Essa é uma divisão clássica, que ainda hoje exerce influência no ensino da Geografia na escola secundária.

O trabalho de Herbertson não foi mais que um esboço provisório para um delineamento regional, mas certamente salientou as possibilidades mais interessantes para outras pesquisas.

Para o geógrafo francês Vallaux (apud CORRÊA, 1986), as regiões naturais e humanas conciliam-se quando consideradas em termos de grande região da superfície da Terra, como a floresta Equatorial, as zonas desérticas, mediterrâneas, temperadas e polares, isso porque Vallaux admite que a natureza exerça influência em cada uma dessas grandes regiões.

No determinismo ambiental, enfatiza-se a região natural, cujo conceito, segundo CORRÊA (1986:23), pode ser assim enunciado:

"... é uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza: clima, vegetação, relevo, geologia, entre outros."

As primeiras Monografias Regionais surgiram com La Blache, na tendência possibilista da Geografia Clássica.

La Blache fazia o estudo de uma determinada área, analisando todas as características físicas como relevo, solo, vegetação, hidrografia, clima e outros, bem como as características humanas, como a situação econômica e política, a população, as atividades agrárias e urbanas. Feito o estudo minucioso de todas as características físicas e humanas, La Blache dizia que uma região diferenciava-se de outra, e cada região possuía uma área individualizada.

No paradigma do possibilismo, a região humana é vista na forma da geografia regional, que se torna seu próprio objeto, e a região considerada será a região geográfica.

Opondo-se ao determinismo ambiental, apareceu, na França, no final do século passado, Paul Vidal de La Blache. Na Alemanha, na primeira década deste século, Otto Schlüter. Nos Estados Unidos, em 1925, Carl Sauer.

La Blache ressaltava o homem como sujeito, e a natureza como objeto. A natureza ou o meio oferecia os recursos naturais disponíveis para que o homem pudesse utilizá-los e, para isso, o homem teria condições de modificar esse meio.

O geógrafo reconhecia, descrevia e explicava a região, deixando claros os seus limites, seus elementos constituintes e os processos de sua formação e evolução, evidenciando-se, assim, a individualidade da região. Nesse aspecto, a região dos possibilistas não se diferencia da região natural dos deterministas.

Para R. Hartshorne, geógrafo norte-americano, o mais importante da geografia seria a diferenciação de áreas, isto é, cada área teria que possuir suas características próprias, o que diferenciava uma das outras.

Segundo Hartshorne apud CORRÊA (1986:16):

"O objetivo da Geografia Regional é unicamente o caráter variável da superfície da Terra - uma unidade que só pode ser dividida arbitrariamente em partes, as quais, em qualquer nível da divisão, são como as partes temporais da história, únicas em suas características."

A Nova Geografia surge em meados da década de 50, com um papel ideológico a ser cumprido. Essa Escola assume uma postura programática que se associa à difusão do sistema de planejamento do Estado capitalista e fundamenta-se no positivismo lógico como método de apreensão do real.

Na Nova Geografia ou Geografia Quantitativa, para caracterizar região, aplicaram-se técnicas estatísticas descritivas, como o desvio padrão, o coeficiente de variação, a análise de agrupamentos, aplicação de leis e modelos normativos. Com esse método, a região seria uma criação intelectual feita com propósitos especificados, e isso implicava ausência de subjetividade do pesquisador.

Na Nova Geografia, não existe um método regional, e sim estudos nos quais as regiões formam classificações especiais. Assim, a região não é entendida como uma entidade concreta, mas adquire o sentido de padrão espacial.

A Geografia Crítica aparece na década de 70, contestando o pensamento dominante. As críticas são feitas principalmente sobre a maneira como é praticada a gestão dos territórios e os métodos quantitativos.

A Geografia Crítica teve sua fundamentação no "materialismo histórico" e no "marxismo dialético".

Dentro dessa perspectiva, faz-se uma tentativa de conceituar região e organização espacial. A região terá uma visão dialética, como um produto histórico, e a organização espacial será entendida como o estudo histórico da formação do espaço.

A principal preocupação da Geografia Crítica é a definição do objeto da geografia, e para isso diversos pesquisadores construíram um sistema próprio de novos conceitos, como espaço geográfico, sociedade, paisagem, totalidade, visando a uma definição de região.

2.2 - O problema da divisão regional no Brasil

O problema fundamental da Geografia Regional é como dividir o País em regiões e que critérios adotar.

Entre os motivos que causam problemas na divisão regional, estão:

- a variedade de critérios adotados;
- a falta de rigor científico quanto ao conceito de "região natural";
- a variedade do número de regiões;
- a completa independência entre a divisão regional e a divisão política.

Duas soluções são apontadas para resolver o problema. A primeira seria fazer um agrupamento de unidades políticas, de tal modo que esse agrupamento se aproximasse o máximo possível das regiões naturais, podendo-se, então, estabelecer uma divisão em "regiões naturais". A segunda solução seria fixar uma única divisão regional prática, que permanecesse estável por um longo período.

2.3 - As divisões regionais

1) Carl Friederich Philipp von Martins

Martins foi o precursor do parcelamento do País em áreas geográficas. Em 1843, com a obra intitulada Como se deve escrever a História do Brasil, Martins apresentou as primeiras idéias de uma divisão regional para fins didáticos.

2) André Rebouças

Em 1889, Rebouças dividiu o País em 10 zonas agrícolas, quase sempre baseadas em bacias fluviais. São elas:

- I - Zona Amazônica: Pará e Amazonas;
- II - Zona do Parnaíba: Maranhão e Piauí;
- III - Zona do Ceará: Ceará;
- IV - Zona do Paraíba do Norte: Rio Grande do Norte,

Paraíba, Pernambuco e Alagoas;

- V - Zona do São Francisco: Sergipe e Bahia;
- VI - Zona do Paraíba do Sul: Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo;
- VII - Zona do Paraná: Paraná e Santa Catarina;
- VIII - Zona do Uruguai: Rio Grande do Sul;
- IX - Zona Auro-Ferífero: Minas Gerais;
- X - Zona Central: Goiás e Mato Grosso.

O defeito dessa divisão foi o excessivo número de regiões.

3) Elisée Réclus

Em 1893, em sua obra Estados Unidos do Brasil, Elisée dividiu o País em 8 regiões, também baseadas na rede hidrográfica. São elas:

- I - Amazônica: Pará e Amazonas;
- II - Vertente do Tocantins: Goiás;
- III - Costa Equatorial: estados nordestinos, de Maranhão a Alagoas;
- IV - Bacia do São Francisco e Vertente Oriental dos Planaltos: Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais;
- V - Bacia do Paraíba: Rio de Janeiro e Distrito Federal;
- VI - Vertente do Paraná e Contravertente Oceânica: São Paulo, Paraná e Santa Catarina;
- VII - Vertente do Uruguai e Litoral adjacente: Rio Grande do Sul;
- VIII - Mato Grosso.

O agrupamento das regiões de Elisée é mais lógico que o de Rebouças, mas ainda tem número excessivo de regiões.

4) Said Ali

Em 1905, em sua obra Compêndio de Geografia Elementar, Said Ali dividiu o País em 5 regiões, com as denomi-

nações hoje habituais entre nós:

- I - Brasil Setentrional ou Amazônia: Acre, Amazonas e Pará;
- II - Brasil Norte-Oriental: Estados litorâneos desde o Maranhão até Alagoas;
- III - Brasil Oriental: Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo;
- IV - Brasil Meridional: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- V - Brasil Central ou Ocidental: Goiás e Mato Grosso.

5) Delgado de Carvalho

Em 1913 surgia, pela primeira vez, um livro didático: *Geografia do Brasil*, o qual marcou nova etapa da evolução do ensino da área geográfica no País. A *Geografia Regional* é tratada como merece nessa obra.

Esta foi a divisão de Delgado de Carvalho:

- I - Brasil Norte-Oriental: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;
- II - Brasil Setentrional ou Amazônico: Acre, Amazonas e Pará;
- III - Brasil Oriental: Sergipe, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais;
- IV - Brasil Meridional: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- V - Brasil Central: Goiás e Mato Grosso.

Essa divisão assemelha-se à de Said Ali; o que difere é a inclusão de São Paulo na Região Sul.

6) Pierre Denis

Em 1927, com a obra *Amérique du Sud*, Pierre dividiu o País assim:

- I - Amazônia;
- II - Nordeste;
- III - Planalto Meridional;
- IV - Planalto Central.

Na área do Leste, fez modificações quanto ao Brasil Oriental, considerando duas partes distintas:

- 1ª) "Minas e o São Francisco": compreende a totalidade de Minas Gerais e a maior parte da Bahia;
- 2ª) "Costa Atlântica da Bahia ao Rio": abrange o Rio de Janeiro, Distrito Federal, o Espírito Santo e o sul da Bahia.

Outra modificação é a inclusão do nordeste da Bahia, compreendendo o "recôncavo", com a cidade de Salvador, assim como Sergipe na região Nordeste.

7) Betim Pais Leme

Em 1937, Betim Pais Leme dividiu o País em sete regiões, caracterizadas pelas estruturas geológicas predominantemente. Não era, portanto, uma divisão em "regiões naturais" propriamente, mas sim em "zonas estruturais", assim dispostas:

- I - Zona de sedimentação: Acre, Amazonas e Pará;
- II - Zona intermediária: Maranhão e Piauí;
- III - Zona estabilizada por peneplanização: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;
- IV - Zona intermediária: Sergipe e Bahia;
- V - Zona de reajustamento isostático atual (serras cristalinas): Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal;
- VI - Zona estabilizada (grandes derrames de rochas eruptivas): São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- VII - Zona de erosão: Goiás e Mato Grosso.

8) Moacir Silva

Dividiu o País em 8 regiões, um número elevado, já que, no estado atual dos estudos geográficos brasileiros, cinco regiões são suficientes. A vantagem é que conciliou muitas divisões divergentes.

9) Pe. Geraldo Pauwels

Em 1926, Pe. Pauwels estabeleceu uma divisão em "regiões naturais", baseada na Geografia Física, abstraindo, então, as divisas das unidades políticas. Admite seis regiões, as três primeiras consideradas mais importantes, e as outras três, secundárias:

- I - Amazônia;
- II - Região das Caatingas;
- III - Planalto Meridional;
- IV - Litoral;
- V - Região Uruguaio-Brasileira;
- VI - Planície do Alto Paraguai ou Grão Chaco Brasileiro.

10) Conselho Nacional de Estatística

Em 1938, o Conselho Nacional de Estatística dividiu o Brasil nas seguintes regiões econômicas:

- I - Norte: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí;
- II - Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;
- III - Sudeste: Sergipe, Bahia e Espírito Santo;
- IV - Sul: Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- V - Centro: Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais.

11) Conselho Técnico de Economia e Finanças

Em 1939, o Conselho dividiu o Brasil em "zonas geo-

econômicas", baseado, predominantemente, em fatos econômicos.

São as seguintes regiões:

- I - Norte: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí;
- II - Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia;
- III - Sudeste: Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo;
- IV - Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- V - Centro: Goiás e Mato Grosso.

12) Conselho Nacional de Geografia

Em 1946, o conselho Nacional de Geografia oficializou a primeira divisão regional do País para uso nas escolas, baseada principalmente nas características físicas menos susceptíveis de transformação no tempo e obedecendo, como limites das regiões, às divisas estaduais.

Conforme o Conselho Nacional de Geografia, as regiões ficam assim:

- I - Região Norte: Acre, Amazonas, Pará e os territórios do Amapá, Roraima e Rondônia;
- II - Região Nordeste:
 - a) Nordeste Ocidental: Maranhão e Piauí;
 - b) Nordeste Oriental: Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e o território de Fernando de Noronha;
- III - Região Leste:
 - a) Leste Setentrional: Sergipe e Bahia;
 - b) Leste Meridional: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Guanabara;
- IV - Região Sul: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- V - Região Centro-Oeste: Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal

13) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Conforme a Resolução nº1, de 08 de maio de 1969, foi

aprovada a nova divisão regional do Brasil, considerando que, desde 1946, data em que foi oficializada a primeira divisão regional do Brasil, os conhecimentos da Geografia do Brasil, bem como os conceitos de Região e Divisão Regional evoluíram.

Esta nova divisão foi adotada tanto para fins estatísticos como para fins didáticos, ficando assim:

- I - Norte: Acre, Amazonas, Pará e os territórios do Amapá, Roraima e Rondônia;
- II - Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e o território de Fernando de Noronha;
- III - Sudeste: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo;
- IV - Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- V - Centro-Oeste: Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

A divisão política atual é o resultado de uma série de alterações ocorridas nas três últimas décadas.

No ano de 1956, Guaporé tornou-se Rondônia. Em 1960, foi inaugurada a nova Capital Federal e criado o Estado da Guanabara. Em 1962, Rio Branco tornou-se Roraima, e o Acre foi elevado à categoria de Estado. Em 1975, deu-se a fusão entre os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. No início do ano de 1979, foi implantado o Estado de Mato Grosso do Sul, desmembrado do Estado de Mato Grosso.

Em 1981, o antigo Território Federal de Rondônia foi elevado à categoria de Estado.

A última alteração ocorrida deu-se com a nova Constituição, que dispõe sobre o Estado de Tocantins (TO), efetivamente instalado em 01 de janeiro de 1989, fazendo parte da Região Norte.

A Constituição dispõe ainda sobre a transformação dos Territórios Federais de Roraima e do Amapá em Estados Federados, e o Território Federal de Fernando de Noronha foi incorporado ao Estado de Pernambuco.

Atualmente, a Federação Brasileira passou a ter 27 Unidades da Federação, sendo 26 Estados e um Distrito Fe-

deral.

As Regiões ficam assim:

- I - Região Norte: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins;
- II - Região Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia;
- III - Região Sudeste: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo;
- IV - Região Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- V - Região Centro-Oeste: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.

3. CONSIDERAÇÕES PROPOSTAS PARA O ESTUDO DA DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL

3.1 - Introdução

Em face das constatações de que as concepções habitualmente mais utilizadas para a questão da divisão regional do Brasil, tanto no ensino do 1º, 2º e 3º graus, como nos livros didáticos, são as de "região natural" e de "região geográfica", sugerem-se novas considerações para o estudo.

Essa constatação foi feita através de levantamento de programas e livros didáticos utilizados pelas escolas particulares do município de Santa Maria, como se verá no item nº 4 deste trabalho.

As concepções de "região natural" e de "região geográfica" podem suscitar vários questionamentos: o modo como as regiões se articulam, formando um todo integrado; a razão por que determinadas áreas brasileiras, em determinados momentos, passam a exercer hegemonia no processo de produção do espaço; a maneira como os espaços se organizam em função da acumulação e reprodução do capital, havendo articulação entre as partes, num processo desigual e combinado.

Para os alunos, deve ficar claro que a sociedade estabelece limites em torno de áreas de grandes extensões, como os Estados ou as Regiões oficiais conhecidas. Porém, há que se esclarecer que a organização social e econômica ultrapassa esses limites fixados.

Com as considerações que serão propostas para o estudo da divisão regional do Brasil, pretende-se mostrar como foi sendo o Brasil ocupado, desde o período colonial, através do processo histórico da configuração das Regiões, e constatar que as desigualdades na distribuição dos recursos naturais influenciaram na produção e organização do espaço brasileiro.

Tornou-se freqüente o uso da imagem de "arquipélagos" para designar a organização espacial do Brasil desde o século XVI até as primeiras décadas deste século. Celso Furtado refere-se a "economias regionais" que tiveram momentos de apogeu, ligados à demanda externa por certos gêneros agrícolas ou minerais, formando os chamados "ciclos" da economia nacional. Após esses ciclos, abre-se caminho para a industrialização, que foi resultado de um processo histórico decorrente dos ciclos econômicos desde o período colonial. As economias regionais se dissolvem, acontece maior "especialização" de cada região com vistas à divisão espacial do trabalho, aumentando a "integração nacional" e, com ela, se agravando os desequilíbrios regionais.

Entende-se que esse caminho dá maior compreensão ao aluno do que simplesmente o estudo fragmentado das Regiões brasileiras, sem dar-se o enfoque de globalidade, como se uma Região nada tivesse a ver com a outra.

3.2 - O processo histórico da configuração das Regiões brasileiras

Ao estudarmos um determinado espaço, é importante considerar a forma e a formação do mesmo.

A forma corresponde à paisagem. Mas a aparência da paisagem contém, além de sua estrutura toda, uma história, que é a sua formação, a sua dimensão histórica.

Para conhecer o processo histórico das Regiões, primeiro é preciso conhecer a sociedade brasileira, conhecer os processos de transformação por que passou essa sociedade ao longo do tempo.

Conforme SODRÉ (1982), a base da vida em sociedade é a produção através do trabalho. E é através do trabalho que surgem as relações que se estabelecem na produção e que definem a sociedade sob três aspectos:

- forma de propriedade sobre os meios de produção, que é uma relação determinante;
- situação social conseguinte, com a divisão da sociedade em classes;
- formas de distribuição da produção, estabelecendo os nexos entre a produção e o consumo.

A sociedade brasileira conheceu, ao longo dos anos, os seguintes estágios de ocupação e produção:

- comunidade primitiva;
- mercantilismo escravista; e
- capitalismo.

A comunidade primitiva foi o tipo de sociedade que os europeus encontraram no Brasil, no século XVI: dos índios.

Na comunidade primitiva, a terra pertencia a todos. Quando a terra era abandonada, outros poderiam utilizá-la. Os instrumentos, quase sempre rudimentares, eram de propriedade individual. A divisão das tarefas era por sexo e idade, isto é, todos trabalhavam. Esse é um tipo de sociedade organizada. Não há excedentes de produção, nem trocas, nem mercadorias; disso decorre a ausência de classes sociais, portanto não existe a divisão social do trabalho.

O regime escravista começou com a escravidão doméstica ou patriarcal e data do século II antes da nossa era. Esse tipo de regime motivou a segunda divisão social do trabalho: a separação entre os ofícios, a agricultura e a indústria. No caso do Brasil, possibilitou a maior empresa de produção do século XVI: a açucareira.

Com o passar dos tempos, o regime escravista começou

a deteriorar, pois o próprio escravo desinteressava-se pelo trabalho por não haver nenhum estímulo por parte do senhor. Assim, das ruínas do regime escravista, surge o feudalismo.

Segundo SODRÉ (1982:8):

"... o processo de feudalização consiste na distribuição das terras pelos senhores e na conversão dos que trabalhavam as terras em servos da gleba."

Nessa época desdobra-se a divisão do trabalho. Aparecem as manufaturas, de início na Itália, no século XIV. No fim do mesmo século, surge o mercado mundial, que irá se alimentar do comércio colonial da América.

Tem-se, então, a produção mercantil, que servirá de base para o nascimento da produção capitalista. Entre os séculos XVI e XVIII, o capitalismo simples se desenvolve, impulsionando a manufatura com a divisão do trabalho.

Assim, o Brasil foi sendo ocupado desde o período colonial, com a vinda dos europeus, para formar, ao longo do tempo, o que podemos chamar de espaço brasileiro.

3.2.1 - Tudo começou pelo Nordeste com as atividades econômicas

A formação de um povo é o resultado de um longo processo histórico no tempo.

No caso do Brasil, sua formação iniciou a partir da expansão do colonialismo português. Os recursos naturais tiveram importante papel na organização do território brasileiro. As regiões se desenvolveram através desses recursos, que foram explorados para determinadas atividades econômicas. Portanto, as Regiões são o produto das economias agrário-exportadoras do período colonial e foram, ao longo do tempo, adquirindo determinadas características próprias. Apresentavam uma certa autonomia em relação à economia nacional. Desvinculadas entre si, mantinham relações direta com a metrópole, e, posteriormente, com os mercados internacionais.

Será com o avanço de capitais estrangeiros na indústria, principalmente no Sudeste, a partir de 1950, que se

observará uma tendência à transformação dessas "economias regionais" numa só economia nacional.

3.2.1.1 - A produção do Pau-Brasil

A formação geográfica do Brasil começou pelo Nordeste com a extração do pau-brasil.

Em 1501, Américo Vespúcio, chefe da primeira expedição vinda ao Brasil, foi quem descobriu a existência de grande quantidade de pau-brasil na Mata Atlântica.

O pau-brasil era conhecido na Europa desde a Idade Média e, por isso, já constituía produto de grande importância no comércio europeu, pois sua madeira avermelhada era utilizada como corante para pintura de panos e outras finalidades.

O pau-brasil constitui a primeira e exclusiva riqueza explorável no litoral brasileiro. Era encontrado em abundância na Mata Atlântica, do Rio Grande do Norte ao Rio de Janeiro.

Em 1532, a expedição de Martim Afonso de Souza fundou a primeira vila do País: São Vicente. E, assim, iniciou-se efetivamente a colonização do território brasileiro.

O pau-brasil foi utilizado até a Revolução Industrial, quando foi substituído pelas anilinas na indústria têxtil. Só no século XIX, portanto, encerrou-se o monopólio da Coroa Portuguesa sobre o pau-brasil.

O extrativismo do pau-brasil não teve grande importância econômica. Foi uma atividade de pura extração predatória e nômade, não gerou colonização nem fixou o homem na terra, mas teve importante significado histórico. Graças ao pau-brasil, as primeiras fortalezas e feitorias aqui foram fundadas.

3.2.1.2 - A produção da cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil por Martim Afonso de Souza, na capitania de São Vicente, em 1532.

A Zona da Mata do Nordeste possuía todas as condições naturais favoráveis para o plantio da cana, com um clima quente e úmido, solos de massapê e uma boa rede hidrográfica, o que favoreceu o desenvolvimento da cultura canavieira desde as áreas litorâneas do Rio Grande do Norte até o recôncavo baiano, constituindo-se grandes canaviais.

O tipo de propriedade foi o latifúndio, tendo em vista a vastidão e abundância de terras e a necessidade da produção em grande escala.

O engenho de açúcar originou uma sociedade agrária, escravocrata e sem mobilidade social, de caráter patriarcal, que era formada pelo senhor do engenho, pelos comerciantes, pelos funcionários da Coroa e pelos escravos. Os índios e os negros escravizados foram a mão-de-obra da empresa colonial açucareira.

A finalidade da produção açucareira era o mercado externo. O Brasil foi o produtor exclusivo até meados do século XVIII.

A economia açucareira criou um mercado relativamente grande para a época. A rentabilidade do negócio levava à especialização da produção. E, do ponto de vista econômico, não havia interesse em outras atividades, nem mesmo na produção de alimentos para os escravos. Potencialmente, portanto, a economia açucareira devia comportar-se como um fator altamente dinâmico para o desenvolvimento de outras regiões. No entanto, grande parte dos lucros era drenada para os portugueses e holandeses, desviando-se, assim, para o exterior, grande parte do efeito desse impulso dinâmico.

Durante os séculos XVI e XVII, o Brasil foi o maior produtor mundial de açúcar. Essa posição só começou a declinar quando o açúcar da América Central e das Antilhas começou a concorrer com nosso produto.

No Nordeste surge outro fator econômico suplementar, concomitante à economia açucareira: a criação de gado.

3.2.2 - Ciclo da pecuária

A pecuária, no litoral nordestino, desenvolveu-se como uma atividade complementar da empresa açucareira. O gado era necessário para o transporte da cana no interior das fazendas, para gerar força motriz nas moendas de cana e para o consumo de sua carne e couro.

Embora tenha havido um grande interesse pela criação de gado, a Coroa Portuguesa, em 1701, interessada apenas em seus monopólios para a exportação, proíbe a prática da pecuária no litoral nordestino. Assim, por ter menor influência na economia do que a lavoura canavieira, o gado foi afastado para o interior nordestino, principalmente para Pernambuco, recôncavo baiano e São Vicente.

De Pernambuco, as fazendas se expandiram, alcançando o Ceará, o Piauí e o Maranhão. Os criadores pernambucanos alcançaram o norte de Minas Gerais e Goiás, que eram centros consumidores importantes graças aos lucros obtidos com o extrativismo mineral.

Com o declínio da mineração, o Planalto Meridional foi ocupado por numerosos proprietários de fazendas, principalmente de Minas Gerais.

A mão-de-obra era livre. As fazendas eram compostas por 10 ou 12 homens, constituídos por índios, mestiços ou escravos em fuga.

No Sul, a organização social era mais distinta entre fazendeiros e empregados.

No Rio Grande do Sul, a industrialização da carne em charque, a comercialização e exportação fazem surgir numerosos centros urbanos ou cidades.

3.2.3 - Ciclo da mineração

No início do século XVIII, os bandeirantes encontraram ouro em "Eldorado", território onde hoje estão os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Foi o descobrimento das minas de ouro e de outras pedras preciosas que promoveu o povoamento da região de Minas Gerais, sur-

gindo núcleos urbanos, como Vila Rica, Mariana, Sabará, São João Del Rei e outros.

O ciclo da mineração vai propiciar o aparecimento do primeiro mercado da colônia. Nasce, então, o comércio interno no Brasil, impulsionando a transformação do trabalho, que passava a ser assalariado, o que resulta no surgimento do capitalismo. Houve, nesse período, dinheiro suficiente para a circulação e para a constituição de fundos de reserva ou acumulação de riquezas, fundos esses que acabarão financiando a Revolução Industrial na Inglaterra.

Grande corrente migratória formada de portugueses, brasileiros e escravos movimentou-se em direção às minas. O Nordeste contribuiu com a mão-de-obra escrava.

A pecuária extensiva do Sul, que antes subsistia graças à exportação do couro, foi favorecida com a economia mineira. As tropas de mulas, vindas do Rio Grande do Sul, constituíam a principal infra-estrutura do precário sistema de transporte.

Por via indireta, a economia mineira cumpriu uma missão importante, ou seja, de articulação das várias regiões do Sul da colônia.

3.2.4 - Ciclo de algodão

O Nordeste tinha o prestígio e o poder na zona da Mata, com a cultura da cana. O desenvolvimento da indústria têxtil na Inglaterra e a guerra civil entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos irão estimular o desenvolvimento da produção de algodão no sertão pecuário-algodoeiro: primeiro, no Maranhão e, após, em Pernambuco e na Bahia.

O Brasil possuía boas condições de solo e clima para o cultivo do algodão e, ao contrário da produção da cana, o algodão não exigia grandes investimentos, o que levou muitas famílias a se dedicarem a essa atividade. Quem se beneficiou com a atividade algodoeira foram os grandes proprietários das terras nordestinas e as empresas estrangeiras, que aplicavam seu capital, com a certeza da

obtenção de grandes lucros.

Esse ciclo econômico liberou o país da necessidade de importar o algodão.

A decadência do cultivo algodoeiro se deu por causa da concorrência dos agricultores do Sudeste, que, paralelamente, plantavam o café.

3.2.5 - Ciclo da borracha

O ciclo da borracha foi um ciclo que durou pouco. Sua intensificação ocorreu depois de 1877, devido à imigração do Ceará para o Amazonas, provocada pela seca, e também ao desenvolvimento da indústria automobilística dos Estados Unidos e da Europa, que provocou uma demanda muito grande pelo produto.

A extração da borracha verificou-se inicialmente, no Pará, estendendo-se, depois, para o Amazonas, o que contribuiu muito para a formação econômica do Amazonas, pois os altos lucros dessa atividade extrativa atraíam a população nordestina que fugia da seca.

Surgiram núcleos urbanos, como Manaus e Belém, os quais devem todo o seu encanto e riqueza aos seringueiros.

Em 1912, o ciclo aproximava-se do seu fim em consequência da concorrência cada vez mais forte da borracha do Extremo-Oriente e da borracha sintética.

Segundo Carlos Walter Porto (1989), A Amazônia seria uma válvula de escape para os nordestinos que sofriam com a crise social e econômica do Nordeste.

A extinção do "pacto colonial e a formação do Estado Nacional marcam, de certa forma, o início da crise na economia brasileira. Com efeito, o término do monopólio comercial português não trouxe transformação estrutural na economia, que continuou sendo mercantil-escravista.

Um dos aspectos novos na evolução da economia é o deslocamento da mão-de-obra para uma produção cada vez mais generalizada no mercado mundial da época: a cultura do café.

O mais importante a destacar é que se estabelecia mo

Brasil uma economia mercantil-escravista, articulada a um sistema comercial financeiro sob controle nacional. Tanto o "exclusivo metropolitano" como a formação do Estado Nacional tornaram possível internacionalizar a apropriação do excedente, assim como as decisões em matéria de investimentos.

3.2.6 - Ciclo do café

O café foi introduzido no Pará em 1720. Inicialmente foi plantado apenas para o consumo doméstico, crescendo para uma agricultura comercial, até ser, em 1840, o principal produto brasileiro de exportação.

Após a crise da mineração, o cultivo do café veio como uma alternativa para substituir o algodão e a borraça nos mercados internacionais. O Brasil entra para uma nova etapa de desenvolvimento.

Do Pará, o café propagou-se para outros lugares, mas foi na região do vale do Rio Paraíba do Sul que surgiu a grande produção cafeeira.

As condições naturais eram ideais para o cultivo: solos férteis da Mata Atlântica, temperatura amena e chuvas regulares durante o ano. Já no Nordeste, as condições naturais não favoreciam o estabelecimento dessa atividade, pois os solos não eram convenientes, e o clima também não era apropriado nem para as plantações nem para os imigrantes europeus, que não se adaptariam às altas temperaturas de um clima tropical.

A lavoura cafeeira teve a seu dispor um enorme contingente de escravos, mão-de-obra que, com a crise da mineração, ficou disponível.

Para transportar o café do interior para o litoral, foram instaladas estradas de ferro, que se constituíam no transporte mais rápido e eficiente.

As estradas de ferro foram entrando e desbravando o interior, à medida que a lavoura do café avançava em busca de solos férteis, deixando os solos cansados para trás. Nesse avanço, o café invadiu o sul de Minas e parte do Es-

pírito Santo, atingindo o oeste paulista e fazendo surgir muitas cidades ao longo do seu percurso.

Como acontecera com a lavoura canavieira, o cultivo do café também propiciou o surgimento de grandes propriedades de monocultura, a utilização de escravos e o aproveitamento da fertilidade natural dos solos para a plantação.

Interessados nas exportações do produto, alguns comerciantes se estabeleceram no Rio de Janeiro e se ligaram à lavoura cafeeira, emprestando dinheiro aos pequenos fazendeiros ou iniciando plantações de café por conta própria. E, assim, somente os ricos ou os grandes proprietários de terras e escravos realizavam a produção do café para exportação, surgindo, então, uma nova classe social advinda da grande produção cafeeira: os barões do café.

Na segunda década do século atual, São Paulo estava quase povoado, graças às grandes propriedades destinadas à produção cafeeira voltada para a exportação.

Em 1888, com a Abolição da Escravatura, o trabalho passou a ser feito pelos imigrantes europeus: alemães, suíços e principalmente italianos. Foi, então, que ocorreu a transformação das relações de trabalho, ou seja, o trabalhador escravo foi substituído pelo trabalho do homem livre, que irá trabalhar em troca de um salário.

Em 1930, os Estados Unidos, que eram o principal comprador de café no Brasil, sofrem uma terrível crise econômica, deixando de comprar o produto brasileiro. Em consequência, o Brasil também sofre com a crise, pois os grandes fazendeiros não tinham mais com quem comercializar seu único produto, tendo, então, que vender suas terras. Os imigrantes puderam comprar partes das antigas fazendas, tornando-se pequenos e médios proprietários. Começaram a cultivar outros produtos, como algodão, cana-de-açúcar, amendoim, mamona, o que representou a introdução da policultura na lavoura brasileira.

Assim, as modificações ocorridas a partir da crise de 1930 transformaram profundamente a paisagem do oeste de São Paulo.

3.3 - A industrialização e as desigualdades regionais

A sociedade colonial sofreu mudanças com a economia cafeeira de exportação, que incentivou o crescimento urbano e aumentou a diferenciação da sociedade brasileira em classes e camadas sociais.

A descoberta do ouro em Minas Gerais fez com que surgisse uma região economicamente mais dinâmica no País. O Nordeste, ao perder grande quantidade de escravos para o trabalho na mineração, perde também sua importância para o Sudeste, que, por sua vez, cresce com a mineração e, mais tarde, com a cultura do café.

No período colonial, alguns grupos dirigentes do Sudeste organizaram seu sistema de poder. No período imperial, enriqueceram com a acumulação oriunda da cafeicultura.

A industrialização foi resultado de um processo histórico, decorrente dos ciclos econômicos, desde o período colonial; ela teve seu início em 1850, quando a proibição do tráfico de escravos liberou capital para ser investido na indústria e fez com que se organizasse um mercado de trabalho assalariado. A vinda de imigrantes estimularia o mercado interno e a industrialização.

O desenvolvimento da atividade industrial no Brasil, até a primeira metade do século XIX, foi dificultado por alguns fatores: os grupos dirigentes, não tinham interesse em desviar capitais da produção primário-exportadora para a instalação de fábricas; a deficiência de recursos energéticos, como o carvão, exigia a importação do carvão inglês; as reservas de ferro eram abundantes e de boa qualidade, mas o acesso era difícil e distante dos centros urbanos; o mercado consumidor mostrava-se fraco, pois a maioria da população era escrava ou com salários muito baixos; a indústria que se instalasse teria ainda que concorrer com os gêneros importados, que tinham boas condições de acabamento e preços acessíveis.

Foi somente com a Revolução de 1930 que se terminou com a hegemonia da burguesia do café e abriu-se o caminho

para a industrialização. A partir da década de 1950, o processo de industrialização, que vinha ocorrendo devagar, vai acelerar-se grandemente, propiciando uma verdadeira mudança na geografia do Brasil. Dessa maneira, inicia-se a segunda etapa do processo de crescimento do País.

A eliminação do trabalho escravo, a organização de um mercado de trabalho assalariado e a disponibilidade de capitais fizeram com que o modo capitalista de produção dominasse a economia brasileira, cuja principal atividade econômica, durante séculos, foi a agrícola. Esses fatores fizeram com que a industrialização se transformasse na principal atividade produtiva do país, criando um novo espaço geográfico brasileiro.

O grande acúmulo de capitais, o crescente número de trabalhadores livres e a expansão dos núcleos urbanos propiciou a produção e o consumo dos bens manufaturados. Na metade do século XIX, surgiam por todo o País, pequenas indústrias, em geral por iniciativa de grupos nacionais apoiados num capital de origem familiar, sem nível de acumulação suficiente. Era um crescimento débil e fragmentado, apenas o embrião de um anova dinâmica entre as classes sociais. Esses crescimento vem a se consolidar realmente, a partir de 1930-40, quando o setor industrial começa a comandar efetivamente a economia nacional. Mesmo assim, foi lento o processo de industrialização, que nasceu tardiamente e dependente da tecnologia externa.

No período de 1930 a 1955, o Brasil sofre mudanças na economia agroexportadora. Em 1929, com a crise dos Estados Unidos e com a crise do café, o Brasil procura estimular a industrialização e cria um mercado interno. Muitos fazendeiros e grandes comerciantes investiram no setor industrial, determinando seu crescimento, principalmente no Estado de São Paulo, que oferecia as melhores condições de transporte, energia, sistema comercial e financeiro e mão-de-obra, principalmente de imigrantes italianos.

Nessa fase, São Paulo torna-se o grande centro industrial do País, com um mercado de consumo de produtos

para a instalação industrial através do porto de Santos. O governo abriu estradas que interligavam São Paulo com as demais regiões, permitindo o fluxo de produtos primários e industriais entre Rio de Janeiro e São Paulo e as localidades do interior.

As regiões se articulam por meio de suas especialidades, isto é, cada região possui uma especialidade diferente. Isso produz um espaço de regiões articuladas mas desiguais, cuja população, conseqüentemente, obterá rendimentos, oferta de trabalho e condições de sobrevivência também diferentes.

Não há como considerar uma região autônoma, pois elas se inter-relacionam através de funções econômicas, políticas, culturais, ou seja, essas funções se interdependem, sendo uma causa ou conseqüência da outra.

Com o desenvolvimento do setor industrial urbano, a renda passou a concentrar-se na Região Sudeste, e ela foi-se tornando cada vez mais rica. Como conseqüência, o crescimento das outras regiões foi-se processando em função dos interesses e do crescimento do Sudeste. O Nordeste, por exemplo, passou a ser o principal fornecedor de mão-de-obra para a região industrializada. Assim o Sudeste cresce em detrimento das demais Regiões, havendo, pois, um desequilíbrio no desenvolvimento regional do País. Esse desenvolvimento foi desigual e dependente, o que é típico do modo de produção capitalista.

O desenvolvimento desigual foi resultante das atividades agrícolas e industriais, que ocorreram de forma concentrada, estabelecendo especializações internas de funções, ou seja, uma Região se sobressai na atividade industrial, outra na atividade mineral, e assim por diante. Portanto, haverá uma divisão territorial do trabalho, o que levará a uma desigualdade espacial entre os Estados ou Regiões.

A divisão territorial do trabalho se apresenta sob o controle hegemônico da produção capitalista, através de setores de produção que, por sua vez, estão subordinados ao capital internacional.

Na década de 50, o capitalismo recupera-se da crise de 1929, e os capitais começam a procurar novos mercados de investimentos. O Brasil havia desenvolvido as indústrias de bens de consumo, um parque siderúrgico importante e uma infra-estrutura de transportes e energia; entretanto faltavam indústrias de bens intermediários. As novas indústrias exigiam tecnologia mais sofisticada, que o Brasil não possuía. Foi, então, que as multinacionais implantaram aqui suas filiais, atraídas pela mão-de-obra farta e barata e pelos incentivos oferecidos pelos governos que se sucederam na época (a partir de 1950). E os grandes bancos internacionais, beneficiando-se com a cobrança de altos juros, forneceram empréstimos para aperfeiçoar a infra-estrutura urbana de energia, transportes, enfim, todo o aparato de um parque industrial.

São Paulo torna-se, então, o centro industrial brasileiro, alcançando, sozinho, 56% do valor da produção nacional e formando, com o Rio de Janeiro, a região de maior concentração de atividades produtivas; esses dois Estados terão o maior índice de crescimento econômico e apresentarão uma demanda muito grande de força de trabalho, que para lá se dirigirá, provinda de outras Regiões. Esse é um tipo de desequilíbrio que determina a ocorrência de fluxos migratórios. São Paulo e Rio tornam-se, a partir desse desequilíbrio ou dessa especialização regional, áreas de atração populacional. E, assim, a Região Sudeste passa a ser a mais povoada do Brasil, com 68 habitantes por quilômetro quadrado, e também a mais urbanizada, sendo que 85% da população é urbana. (1989)

O eixo Rio-São Paulo, com a implantação da atividade industrial cada vez mais concentrada e crescente, é a região que comanda a dinâmica da sociedade brasileira e que produziu um novo espaço geográfico brasileiro.

Conforme OLIVEIRA (1981), a expansão do sistema capitalista de produção ocorre mediante ciclos sucessivos, que são determinados pela mudança na composição orgânica do capital.

No momento em que a expansão do sistema capitalista

tem sua localização na "Região" Sul, comandada por São Paulo, especialmente as economias regionais se dissolvem na nova divisão territorial do trabalho, na economia nacional que surge com a integração dessas áreas. Nota-se que o aumento de integração nacional coincide com o surgimento dos "desequilíbrios regionais", que decorrem da industrialização de São Paulo. É um movimento dialético, que destrói para concentrar e captar o excedente das outras regiões, visando à centralização do capital. São fábricas do Nordeste que não conseguem competir em preço e qualidade com o Centro-Sul; é também a invasão de produtos agrícolas do Centro-Sul, em áreas antes prioritárias do Nordeste, como o setor algodoeiro-pecuário que começa perder terreno para o algodão herbáceo produzido no Centro-Sul.

Essas disparidades são o sinal do movimento diferencial de acumulação nas relações entre o Nordeste e o Centro-Sul.

O mesmo já não se nota em relação ao Centro-Oeste: aqui a divisão regional do trabalho, comandada pela expansão capitalista do Centro-Sul, tomou as formas de "criação" em vez de destruição. É a expansão pecuária em direção a Goiás, a produção de café e a pecuária em direção a Mato Grosso.

VESENTINI (1986) afirma também que a divisão territorial do trabalho que se gesta a partir da economia industrial de São Paulo, faz com que o espaço nacional sofra uma nova regionalização. As regiões começam a se estruturar de acordo com seu papel na economia nacional.

Há maior "especialização" de cada região com vistas à divisão espacial do trabalho. É um processo longo e dinâmico, limitando-se após 1939. O Sudeste, especialmente São Paulo, passa a ser a região da indústria; o Sul perde sua posição relativa no setor industrial, mas se "especializa" no setor agrícola; o Centro-Oeste passa a ser mais ocupado produtivamente; o Norte passa a ser mais integrado à economia nacional a partir de 1970.

No Sul, os efeitos da "integração nacional" são semelhantes aos do Nordeste. No Rio Grande do Sul, por exem-

plo, ocorre a chamada "desgauchização" da economia sulina. Isso é um sinal de homogeneização, pois a diversidade regional, no capitalismo, é regida pelas leis que operam a divisão do trabalho, dentro de uma mesma totalidade. Assim, o problema fundamental constitui-se na identificação das funções que os espaços desempenham no processo de acumulação e reprodução do capital.

Diversos fatores contribuíram para essa integração: derrocaram-se as barreiras alfandegárias existentes entre os Estados; instituiu-se o Imposto de Consumo sobre todas as mercadorias produzidas no País, e foi abolida a capacidade que cada Estado detinha de legislar sobre o comércio exterior. Assim, estava-se em presença da implantação de um projeto que criava o espaço econômico capitalista nacional unificado.

4. LEVANTAMENTO DO ENSINO DE GEOGRAFIA REGIONAL DO BRASIL NAS ESCOLAS PARTICULARES DE SANTA MARIA

Para melhor conhecimento do conteúdo programático e da bibliografia utilizados na disciplina de Geografia Regional do Brasil, dada nas sextas séries do 1º grau, foi feita uma entrevista oral com os professores dessa disciplina em 16 escolas particulares da área urbana de Santa Maria.

Constatou-se, após, que a maior parte das referidas escolas adotam o programa sugerido pela 8ª Delegacia de Educação, constituído por conteúdos que se encontram abaixo relacionados:

6ª série

I UNIDADE - BRASIL REGIONAL

- 1.1 Região natural
- 1.2 Região humanizada
- 1.3 Divisão regional do Brasil
- 1.4 Órgãos de integração nacional

II UNIDADE - REGIÃO SUDESTE

2.1 Aspectos físicos

- 2.1.1 Relevo
- 2.1.2 Hidrografia
- 2.1.3 Clima
- 2.1.4 Vegetação

2.2 Aspectos humanos

- 2.2.1 População
- 2.2.2 Crescimento da população
- 2.2.3 Distribuição da população
- 2.2.4 Rede urbana

2.3 Aspectos econômicos

- 2.3.1 Agropecuária
- 2.3.2 Extrativismo
- 2.3.3 Indústria
- 2.3.4 Comércio
- 2.3.5 Transportes e comunicação

III UNIDADE - REGIÃO SUL

- 3.1 Aspectos físicos
- 3.2 Aspectos humanos
- 3.3 Aspectos econômicos

IV UNIDADE - REGIÃO NORDESTE

- 4.1 Aspectos físicos
- 4.2 Aspectos humanos
- 4.3 Aspectos econômicos

V UNIDADE - REGIÃO NORTE

- 5.1 Aspectos físicos
- 5.2 Aspectos humanos
- 5.3 Aspectos econômicos

VI UNIDADE - REGIÃO CENTRO-OESTE

- 6.1 Aspectos físicos
- 6.2 Aspectos humanos
- 6.3 Aspectos econômicos.

A pequena parte das escolas que não adota rigorosamente a sugestão da 8ª D.E. segue o programa dos respectivos livros didáticos adotados: Igor Moreira, Vital Darós, Victor Campanella, Horácio Marques e Zoraide Beltrão, que também apresentam programas semelhantes.

Constitui-se exceção, entre as escolas pesquisadas, a escola Coração de Maria, que não tem um programa pré-determinado em nenhuma série da escolaridade. A linha pedagógica seguida é a Progressista Libertadora.

De modo geral, há uma homogeneidade na ministração da disciplina em questão, seguindo a divisão regional oficial última, feita pelo IBGE em 1968.

5. CONCLUSÃO

Concluiu-se, através deste trabalho, que a Região foi motivo de estudos aprofundados de geógrafos das mais diversas origens. Durante muito tempo, estudaram-na isoladamente do mundo como um todo, com aspectos particulares, isto é, como uma entidade autônoma, que mantinha poucas relações com as demais. Entretanto, muitas transformações ocorreram desde então, principalmente a partir de meados deste século, quando a Geografia assume o caráter de disciplina acadêmica.

O processo histórico nos mostra claramente cada porção do território brasileiro sendo ocupado desde a colonização até os nossos dias. E, através desse processo, observa-se a transformação ocorrida no espaço brasileiro, transformação essa que organizou e continua organizando o espaço, atendendo às necessidades da produção de uma sociedade capitalista.

Também concluiu-se que a Região assume um novo papel para o mundo. Já não é mais considerada autônoma, pois assume relações cada vez mais intensas com todas as áreas do globo, absorvendo as influências externas.

Portanto, cabe ao estudo regional detalhar a organização social, política, econômica e cultural de cada Re-

gião, levando em conta o processo histórico que as configurou, para entendermos como a área está inserida na ordem econômica nacional e internacional.

Ante essas mudanças, foram colocadas idéias-sugestões, enfatizando e sugerindo alternativas para a melhor compreensão do estudo regional. Por isso, em primeiro lugar, sugere-se que sejam estudadas as transformações pelas quais passaram as atuais Regiões brasileiras, através do processo histórico de sua formação, desde os ciclos econômicos até a industrialização. A seguir, enfatiza-se a necessidade da compreensão da totalidade do processo, do funcionamento específico, da relação e do arranjo particular da vida nas diferentes regiões.

Finalmente, espera-se que, em trabalhos futuros, estas contribuições teóricas possam servir de subsídio à elaboração de uma proposta curricular para o ensino do 1º grau, em nível de 6ª série.

6. BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Pequena história na formação social brasileira. 3. ed., Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- ALENCAR, Francisco et alii. História da sociedade brasileira. 3ª ed., Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1985.
- AZEVEDO, Aroldo de. O Brasil e suas regiões. São Paulo, Nacional, 1971.
- CALLAI, Helena Copetti. Questões para uma proposta e metodologia do ensino de Geografia. In: O ensino da Geografia. Ijuí, UNIJUÍ, 1986. (Coleção Ciências Sociais, 4). p.29-38.
- CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. A nova divisão territorial do Brasil. In: Fundação IBGE, 1971. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. Curso para professores de Geografia. Rio de Janeiro, julho de 1970.
- CORREIA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. São Paulo, Ática, 1986. (Série Princípios).
- DANTAS, Francisco M.P. Teixeira. Estudos de História do Brasil. v.1-Colônia. São Paulo, Moderna, 1971.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1989. (Suplemento). p.34.
- GEIGER, Pedro P. Reflexos sobre a Geografia. In: Revista Brasileira de Geografia, 50(2):59-84, Rio de Janeiro, IBGE, 1988. (Número Especial).
- GOLDENSTEIN, Léa & SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. In: Revista do Departamento de Geografia, USP, 1:21-47, São Paulo, 1982.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto & BARBOSA, Jorge Luís. Geografia hoje: o espaço geográfico da sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1989.
- GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares. Observação sobre o problema da divisão regional. In: Revista Brasileira de Geografia, IBGE, 25(3):289-311, Jul./Set. 1963. (Separata).
- GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares. Divisão regional do Brasil. In: Revista Brasileira de Geografia, IBGE, 50(1): 11-16, Rio de Janeiro. (Número Especial).
- PRADO Jr., Caio. História econômica do Brasil. 30. ed., São Paulo, Brasiliense, 1984.
- LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil colonial. 5. ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988. (Série Revisão 4).
- MAIOR, A. Souto. História do Brasil. 16. ed., Rio de Janeiro, Nacional, 1979.
- MOREIRA, Igor. Geografia nova: as paisagens brasileiras. 18. ed., São Paulo, Ática, 1989. v.2, 1º grau.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma região: SUDENE, Nordeste. Rio de Janeiro, 1985.
- PEREIRA, Diamantino et alii. Geografia: ciência do espaço: o espaço brasileiro. São Paulo, Atual, 1988.
- SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo, HUCITEC, 1988.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. O Brasil atual nas suas desigualdades e sua inserção no mundo. In: Proposta curricular para o ensino de Geografia - 1º Grau. São Paulo, 1988. p.71-94.

SODRÉ, Nelson Werneck. Introdução à Geografia: Geografia e ideologia. 6. ed., Rio de Janeiro, Vozes, 1987.

—. Formação histórica do Brasil. 11. ed., São Paulo, Difel, 1982.

VESENTINI, José William. A capital da geopolítica. São Paulo, Ática, 1986.